

Agenda revolucionária

Imagine-se uma escola em meio rural, onde o ensino seja organizado, não por séries e mestres letivos, e sim pela rotatividade entre aulas convencionais e trabalho no campo, junto com atividade escolar só em casa, sob a supervisão da escola. Ou outra, que recebe de volta o aluno que a abandonara, há dois ou três anos, mas o inscreve em estágio superior àquele em que se encontrava, por apresentar boa bagagem de competência e habilidades, adquiridas de maneira informal.

Seriam duas escolas que muitos definiriam, no mínimo, como heterodoxas. No entanto, são plenamente compatíveis com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a proposta, submetida pelo ministro Paulo Renato ao Conselho Nacional de Educação (CNE), para regulamentação da base curricular nacional e organização do ensino médio.

Falou-se já da carga horária deixada à disposição dos sistemas de ensino e das próprias escolas, para emprego em processos educativos adequados à realidade imediata, regional ou local; ou que respondam às necessidades da clientela. Ficasse, porém, só nisso a essência da proposta do MEC e dos princípios da LDB, teríamos uma modificação apenas operacional. Na reali-

dade, a reforma vai mais fundo: atinge o nível da concepção de toda a educação básica gratuita a ser progressivamente universalizada, do ensino infantil ao ensino médio.

Dentro dos parâmetros da LDB, o MEC traça um novo perfil do aluno, completada a educação básica. Ele deve ter consolidado e aprofundado o adquirido no ensino fundamental; deve estar preparado para o trabalho e o exercício da cidadania, sem que isso exclua sua opção pelo aperfeiçoamento posterior.

O MEC adere à concepção do aprender como articulação da multiplicidade de enfoques da realidade única. E rompe com a conceção, de matriz positivista, da educação por disciplinas estanques, desembocando necessariamente no enciclopedismo vazio de sentido. Por isso, a base nacional comum dos currículos surge estruturada por áreas de conhecimento:

códigos e linguagens; sociedade e cultura; ciência e tecnologia. É difícil dizer se haverá condições socioculturais para essa revolução. E igualmente difícil negar que alguma revolução se impõe, num país que protela a inclusão em seus sistemas de educação básica — hoje abrangendo também o ensino médio — de mais de 83% da população na faixa etária dos 16 aos 19 anos.

...um novo perfil do aluno, completada a educação básica

OUTRA OPINIÃO

Escola ameaçada

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO

Num grande livro sobre a escola ("L'École"), falando sobre a escola da França, Milner aponta o delírio reformista como uma doença do serviço educativo em seu país. A atmosfera permanente de uma reforma no ar, de uma reforma iminente, instabiliza a escola. Ninguém sabe o que fazer, todos ficam à espera do que virá, para começar a fazer. A escola precisa de estabilidade. A escola não pode viver a ameaça de ter que apagar tudo e começar de novo.

É a situação em que vivemos, no país. Pior ainda, pois as reformas, que nos ameaçam, vêm com os ares inquietantes do nebuloso e do vago. Nenhuma ameaça é mais inquietante que a que não aparece nítida em seus limites.

Tivemos — ou infelizmente, temos — a nova Lei de Diretrizes e Bases. Lei pode ser. Foi aprovada e promulgada. De diretrizes não é. Já se tem dito que é parcimoniosa em diretrizes, para favorecer a liberdade. Não é verdade. A lei opressiva imobiliza e escraviza. Mas a ausência de lei não assegura direitos e abre ensejo à tirania do centralismo prepotente. Não divide as competências. E a divisão de poderes e atribuições é uma condição da liberdade. Esse centralismo já se instalou. Estamos aí com os dez ou 15 volumes dos parâmetros curriculares, com seus devidos transversais, emitidos de Brasília para o Brasil inteiro.

A sorte é que ninguém, aí por esse interior afora, vai agüentar a leitura de um deles (pedagogês tem limites) e vai continuar a ensinar português e matemática, como aprenderam Drummond de Andrade e Lélio Gama. Se os métodos se aprimoraram, a metodomania inventada por Descartes e Leibnitz não alfabetiza ninguém. Em vez de se ensinar português, a língua materna, a

professora lá do sertão vai tentar entender o que é código e linguagem.

Aí já entramos nas mudanças (reformas, como dizia Milner) que vão ser impostas ao ensino médio. As notícias sobre o plano de reformulação do Segundo Grau encaminhado pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação são meio contraditórias.

Se se pretende voltar a fazer do Segundo Grau um variado e especializado preparador para o vestibular, é um duplo crime: crime contra a criatura humana que precisa ser gente, pessoa livre, antes de enfrentar a incontornável especialização do ensino superior; crime contra a juventude, que, neste tempo fervilhante de profissão que surge e que se extingue, deve definir aos 14 anos o que está sendo cada vez mais embarracoso definir aos 18.

Alega-se o uniformismo monológico do atual Segundo Grau, imposto igualmente a todos. É falso. Leiam-se as LDB anteriores, leia-se o Parecer 785/86 com sua Resolução (que tive a honra de assinar), ver-se-á que a inflexibilidade não existe. Ou antes, existe em relação àquelas disciplinas que não podem deixar de compor um currículo, neste fim de século, que seja realmente formador, que não podem deixar integrar aquilo que os antigos chamavam "humanidades".

Não se transfere para a criança o que é tarefa dos mais velhos. Como diz um grande mestre americano: o professor estudou pedagogia e adquiriu cultura para saber ajudar a criança e o adolescente a escolher o que deve escolher para não vir a ser um adulto mutilado, alguém que terá depois a mágoa de dizer que não foi ajudado, na infância, para chegar à maturidade livre.

Não se transfere para a criança o que é tarefa dos mais velhos